

VIII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXVI Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 09 de dezembro de 2023

Tema: "INTERIORIZAÇÃO DA CIÊNCIA E REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS: O PAPEL DOS PIBIC'S COMO EXPERIÊNCIA DE ARTICULAÇÃO DA PESQUISA NA GRADUAÇÃO E NA PÓS GRADUAÇÃO"



A INVISIBILIDADE DO URBANO: OLHARES PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À CIDADE NOS BAIRROS MUTIRÃO E ALTO DA PENHA, CRATO-CE

Wanessa Dionisio da Silva¹, Pedro George Sales Torres², Vitor Valdeir Alencar Sousa³, Rárisson Jardiel Santos Sampaio⁴

Resumo: Classicamente, o Direito à Cidade, enquanto ramo jurídico, é pensado por Lefebvre (1968) enquanto possibilidade de retorno à vida urbana, ceifada pelo sistema capitalista. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 traz nos artigos 182 e 183 um capítulo específico relacionado à Política Urbana, a qual objetiva ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes. O emprego de estudos aplicados para analisar o direito à cidade no âmbito local é importante para garantir a efetividade do direito à terra no meio urbano e o direito à moradia, bem como todo um conjunto de direitos que concorrem para uma vida sadia, tais como, o saneamento, infra-estrutura, o transporte, serviços públicos, trabalho e lazer, como concebe o art. 2º, I, da Lei 10.257/2001 (Estatuto das Cidades). Refere-se ao direito à cidade sustentável, sobretudo em face dos sujeitos em vulnerabilidade socioeconômica e ambiental. Esse contexto é evidenciado nos bairros Alto da Penha e Mutirão, em Crato-CE, localidades frequentemente invisibilizadas no atendimento das necessidades urbanas que afirmam o Direito à Cidade. O presente trabalho visa descrever manifestações de injustiças socioambientais e violações do Direito à Cidade observadas nessas localidades. Trata-se de estudo qualitativo, de cunho descritivo, sob procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental. Verifica-se uma estigmatização social dos moradores locais em face dos índices de pobreza e incidência da criminalidade nos bairros. Geograficamente o Alto da Penha e o Mutirão foram construídos às margens de uma encosta em erosão, área de risco ambiental. No entorno, foi edificado um muro quando da privatização de uma tradicional feira agropecuária local, a "Expocrato". Os moradores consideram que a obra é uma forma de higienismo social, que tende a excluir a

¹ Graduanda em Direito pela Universidade Regional do Cariri (URCA).

E-mail: wanessa.dionisio@urca.br

² Graduando em Direito pela Universidade Regional do Cariri (URCA).

E-mail: pedrogeorge.profissional@gmail.com

³ Graduando em Direito pela Universidade Regional do Cariri (URCA).

E-mail: vitor.alencar@urca.br

⁴ Professor do Departamento de Direito da Universidade Regional do Cariri (URCA). Mestrando em Direito Econômico pelo PPGCJ da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

E-mail: rarisson.sampaio@urca.br

VIII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXVI Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 09 de dezembro de 2023

Tema: "INTERIORIZAÇÃO DA CIÊNCIA E REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS: O PAPEL DOS PIBIC'S COMO EXPERIÊNCIA DE ARTICULAÇÃO DA PESQUISA NA GRADUAÇÃO E NA PÓS GRADUAÇÃO"



comunidade do entorno urbano. Diante disso, reivindicam a derrubada do muro e a urbanização da Encosta do Alto da Penha e Mutirão. Conclui-se que o contexto vivenciado por esses moradores conforma um cenário de injustiça socioambiental, devido à construção do muro que os oculta e a falta de urbanização da encosta, tido por Acselrad et al. (2009) como a transgressão do direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos. Estudos futuros contribuirão com aspectos propositivos que reforcem a construção do Direito à Cidades nessas localidades.

Palavras-chave: Direito à Cidade. Política Urbana. Injustiça socioambiental. Meio urbano.